



PROGRAMA

Bolsa Família

Informe

Nº 27 - Brasília, sexta-feira, 23 de dezembro de 2005.

MDS faz balanço do Programa Bolsa Família

Veja algumas das ações realizadas em 2005

2005 foi um ano de muito trabalho e de muitas conquistas para o Programa Bolsa Família. Conseguimos aperfeiçoar a gestão do PBF, em especial no que se refere à relação entre o Governo Federal, os estados e os municípios, redirecionar os mecanismos de controle, aprimorar as formas de monitoramento das condicionalidades de saúde e de educação, aperfeiçoar o desenho normativo do Programa, aprofundar o controle social e a fiscalização, apenas para citar alguns exemplos. Veja abaixo um balanço preliminar deste ano:

Cumprimento da meta de atendimento de 8,7 milhões de famílias em 2005: a folha de pagamento do Bolsa Família de dezembro de 2005 traz 8.700.451 famílias, o que significa que a meta prevista na criação do Bolsa Família, em outubro de 2003, foi cumprida. Mais do que o cumprimento da meta, é importante chamar a atenção para o aperfeiçoamento da gestão do Programa, que tem contribuído para que os benefícios efetivamente cheguem às famílias que dele precisam e atendem aos critérios definidos em lei. Em 2005, foram alocados cerca de R\$ 6,5 bilhões para pagamento de benefícios. As avaliações realizadas pelo MDS e as informações trazidas por gestores estaduais e municipais mostram que o benefício faz diferença na vida da família, com ganhos principalmente na melhoria de acesso e de qualidade na alimentação, e também contribuem para a mobilização da economia local.

Adesão : uma das principais ações de 2005 foi a formalização da adesão dos municípios ao Bolsa Família. Esse processo, que era uma demanda dos prefeitos, contribuiu para o aumento da cooperação entre os entes federados na gestão do PBF, na medida em que definiu mais claramente as responsabilidades dos municípios e do Governo Federal, e permitiu a identificação dos gestores municipais do Bolsa Família e quais são as instâncias de controle social. Veja alguns resultados:

- * 5.545 municípios encaminharam o termo de adesão ao MDS, o que representa mais de 99% dos municípios brasileiros;
- * 5.230, ou mais de 94% das adesões recebidas, foram publicadas no Diário Oficial;
- * Mais de 4.800 municípios já estão recebendo recursos financeiros para atualização cadastral;
- * Somente um estado ainda não aderiu ao processo de atualização cadastral, mas confirmou o interesse na adesão.

Controle Social: para formalizar a adesão, o município precisou comprovar a existência e o funcionamento da instância de controle social do Bolsa Família. Essa instância poderia ser criada só para o Bolsa Família ou o controle social do PBF poderia ser delegado a um conselho ou comitê já existente. Um controle social atuante permite que o Programa tenha mais transparência, seja acompanhado pela comunidade e realmente chegue às famílias a que tem que chegar. Hoje, o MDS possui dados digitados no sistema de monitoramento da adesão das instâncias de controle social de mais de 4.700 municípios. Desses:

- * 2.271 (48%) delegaram o controle social aos conselhos municipais de assistência social;
- * 1.963 municípios (42% do total) criaram conselhos ou comitês específicos para o controle social do Bolsa Família;
- * 474 (10%) indicaram o controle social a outras instâncias já existentes

Atualização cadastral e gestão de benefícios: duas das ações mais importantes de 2005. Dentre as novidades deste ano está o apoio financeiro do MDS aos municípios e estados para a realização da atualização cadastral de toda a base do Cadastro Único e para a complementação de dados dos cadastros do Bolsa Escola. Esse apoio, que findaria em dezembro de 2005, foi estendido até fevereiro de 2006, pois muitos municípios solicitaram a ampliação do prazo para concluir o trabalho com mais qualidade. Ao mesmo tempo, várias ações na área de gestão de benefícios também foram efetivadas. Esse é um tema ainda novo para os municípios, uma vez que até o ano de 2005 todas as ações de bloqueios, desbloqueios e cancelamentos de benefícios, dentre outras, eram realizadas exclusivamente pelo Governo Federal. Veja um balanço das atividades nestas áreas:

- * O MDS também disponibilizou, em parceria com a CAIXA, uma nova versão do sistema de Cadastro Único (versão 6.0), que traz melhorias em comparação à versão anterior;
- * 40% de atualizações efetuadas no CadÚnico;
- * Liberação de R\$ 25 milhões para atualização cadastral;
- * Cerca de 2 mil municípios já estão utilizando a nova versão do sistema de cadastramento;
- * Realização de auditorias de identificação de duplicidades na base de beneficiários do Bolsa Família e dos programas remanescentes, de teste de consistência nas informações do Cadastro Único e comparação entre as informações de renda do cadastro e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e devolução dos resultados aos municípios;
- * Cerca de 298 mil bloqueios e cancelamentos foram efetivados na base de beneficiários do Bolsa Família como resultado das auditorias realizadas pelo MDS e dos procedimentos de atualização cadastral feitos pelos municípios;
- * Publicação de portaria disciplinando os processos de gestão de benefícios (Portaria GM/MDS nº 555/05), desenvolvimento e disponibilização de sistema informatizado para gestão descentralizada de benefícios;
- * Mais de 300 mil famílias que recebiam Bolsa Escola e cerca de 500 mil que recebiam Auxílio Gás já foram migradas para o PBF.

Condicionalidades: a melhoria das condições de vida das famílias que fazem parte do PBF também está relacionada ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e de educação. Os cuidados em saúde e em educação são direitos sociais e, por isso, o município deve estar atento às famílias que não cumprem as condicionalidades. Em regra, essas são as famílias mais vulneráveis e as que mais precisam contar com o acompanhamento do poder público. O MDS, em parceria com os ministérios da Educação e da Saúde, avançou bastante no monitoramento das condicionalidades:

- * Publicou a portaria nº 551, que define as repercussões do não cumprimento das condicionalidades;
- * Obteve informações de mais de 80% escolas em 99% dos municípios brasileiros;
- * Enviou advertência as 24 mil famílias com casos de crianças e jovens que não frequentaram a escola em dois períodos de apuração.

Normatização: para o funcionamento de um programa com a abrangência e a dimensão do Bolsa Família, é preciso que todos, municípios, estados, governo federal e sociedade civil, tenham clareza de suas responsabilidades e das regras de funcionamento do Programa. Com esse objetivo, o MDS publicou as seguintes normas, após intenso processo de negociação com municípios e estados:

- * Portaria nº 246/ 2005: traz a definição mais clara das responsabilidades dos entes federados e dos critérios para a adesão ao Programa;
- * IN nº 01: orienta os municípios e estados sobre a criação e o funcionamento das instâncias de controle social;
- * Portarias nº 360/2005 e GM 454/2005: define os mecanismos para apoio financeiro aos municípios e estados, o conceito de cadastro válido e os requisitos para a adesão do estado ao processo de atualização cadastral;
- * Portaria nº 532: define o calendários de pagamentos dos benefícios do Bolsa família e dos programas remanescentes;
- * Portaria nº 551: define os critérios de repercussão do não cumprimento das condicionalidades;
- * Portaria nº 555: define as ações de gestão de benefícios do PBF e dos programas remanescentes.

Perspectivas para 2006: Não temos dúvidas que um longo caminho foi percorrido até agora, mas ainda é necessário articular ações para que o Programa atenda, com qualidade, a todas as famílias pobres do Brasil.

Um dos pontos que precisa ser fortalecido é a comunicação com os gestores e instâncias de controle social envolvidos na gestão do Bolsa Família e também com as famílias beneficiárias. Para que essas famílias conheçam o Programa que fazem parte, o MDS vai publicar a "Agenda de Compromissos da Família", que será entregue a cada uma das famílias integrantes do PBF e dos programas remanescentes e trará a definição clara das responsabilidades e dos direitos da família e do poder público.

Também é preciso aperfeiçoar o acompanhamento das famílias que são beneficiárias do Programa e buscar uma articulação maior com outras políticas públicas, como as ações de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda. Dentre os temas considerados prioritários pelo MDS para 2006 está a integração entre o Bolsa Família e as Casas das Famílias (Centros de Referência da Assistência Social) e a integração com o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

Pelos sucessos alcançados no ano de 2005 e, principalmente, por todo o trabalho que virá no próximo ano, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, em nome do MDS, compartilha as comemorações por tudo que foi alcançado e agradece a parceria dos gestores municipais e estaduais, dos conselheiros de controle social, dos integrantes da rede pública de fiscalização e de todos aqueles que trabalham para a consolidação do Programa Bolsa Família e para a redução da fome e da pobreza no nosso País.

E não se esqueça dos prazos que estão em vigor:

12/08 a 31/12 - Período para registrar no módulo Bolsa Família do SISVAN as informações das condicionalidades de saúde referentes ao 2º semestre de 2005;

28/02 - Atualização do Cadastro Único com remuneração de cadastros válidos pelo MDS e prazo final para complementação dos dados do CadBes para o CadÚnico;

A partir de março de 2006 - bloqueio dos benefícios pagos por meio do CADBES - especificamente Bolsa Escola e Auxílio-Gás - não complementados.

IMPORTANTE: os números da coordenação de atendimento da Senarc mudaram.

Anote os novos: (61) 3901-9785 / 9787 / 9789 / 9790 / 9792 / 9811 / 9812

FAX: (61) 3901-9794 / 9808

Para mais informações, entre em contato:

bolsa.familia@mds.gov.br

Informe Bolsa Família é uma publicação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Produção: Informe Comunicação e Marketing | Contato - Fones: (61) 2107-9367 / 2107-9368 / 2107-9329